Memória Afetiva e Migração: Reflexões para a Ética na Museologia Social

Ana Paula dos Anjos Fiuza¹

Affective Memory and Migration: Reflections for Ethics in Social Museology

Este artigo nasce do compromisso ético de lançar pequenas gotas de presença sobre os incêndios do esquecimento. Tal como o beija-flor da parábola que insiste em combater o fogo com o pouco que carrega no bico, esta escrita propõe uma museologia do cuidado, sustentada por gestos mínimos que, embora não ofereçam soluções definitivas, revelam-se capazes de reconstituir sentidos de pertença e de memória. A parábola, neste contexto, não limita-se a uma imagem ilustrativa: atua como eixo epistemológico que guia a construção de um pensamento situado, afetivo e comprometido com os vínculos que resistem.

A proposta aqui desenvolvida convida à reflexão sobre a memória afetiva como fundamento de uma ética museológica partilhada, sobretudo em contextos de migração, deslocamento forçado e reconstrução coletiva de vínculos. Tal abordagem compreende o museu, conforme a mais recente definição do Conselho Internacional de Museus (ICOM, 2022), como uma instituição comprometida com a inclusão e a diversidade cultural, o que requer práticas enraizadas nas experiências vividas por pessoas historicamente silenciadas.

Assumo, desde o início, uma escolha ética, estética e poética: a nomeação completa das autoras e autores citados. Tal decisão funda-se no compromisso com a visibilidade, sobretudo de mulheres negras, indígenas e latino-americanas, cujos nomes têm sido sistematicamente apagados da história da produção acadêmica. Ao inscrever, por exemplo, Conceição Evaristo em sua inteireza nominal, reafirmo a potência de sua existência e de sua escrita. Essa prática, longe de afrontar as normas da APA, busca ampliar o gesto ético da citação, em sintonia com os princípios do Código de Ética do ICOM, que se revê à luz de compromissos com a inclusão e a igualdade de gênero, alinhando-se aos marcos do ODS 5. Trata-se de um gesto sereno, com um toque de arte, que procura reinventar-se dentro das possibilidades do sonho de um mundo possível, onde palavra e presença entrelaçam-se no tecido de uma ciência sensível e atenta à dignidade.

A memória afetiva não reduz-se à evocação individual: constitui um território simbólico e afetivo, espaço de partilha de dores e recomeços, campo político onde se enraízam resistências. Maurice Halbwachs já alertava que “a memória coletiva está sempre ancorada em quadros sociais” (Halbwachs, 1990, p. 33). Em Ecléa Bosi, encontra-se uma escuta sensível da memória como gesto ético: “os velhos lembram porque precisam lembrar, e nós precisamos escutar” (Bosi, 1994, p. 11).

É nesse solo partilhado entre afetos e estruturas que a museologia social pode reinventar a sua função, ao deslocar-se de uma concepção apenas institucional para um compromisso ético com o cuidado e a escuta das memórias que sobrevivem à margem. Aqui, a memória não é apenas uma ferramenta de preservação, mas uma prática relacional que convoca vínculos, reconhece feridas e planta a esperança. É por entre essas

¹ Doutoranda em Museologia, com formação acadêmica em Ciências Sociais e Humanas e experiência em consultoria, gestão de procedimentos administrativos, planejamento de projetos e desenvolvimento de atividades culturais e patrimoniais, ORCID iD <https://orcid.org/0000-0001-6662-7832>, E-mail: anhosfiuza@gmail.com

frestas que a escrevivência, conforme concebida por Conceição Evaristo, emerge como metodologia e ética de pesquisa, capaz de tensionar fronteiras entre ciência e vida.

A museologia social, nesse percurso, configura-se como um campo em que o cuidado, a escuta e a ação partilhada desafiam os limites da neutralidade institucional. Inspirada na reflexão de Mario Chagas, compreende-se que o museu pode ser pensado como um espaço de enunciação e de disputa de sentidos, o que exige atenção aos afetos que circulam nos territórios, e não apenas aos objetos que os representam (Chagas, 2009, p. 24). Nessa perspectiva, o patrimônio imaterial não se opõe ao material, mas prolonga-se como expressão viva da memória coletiva, onde afeto e política se entrelaçam, como propõe Marcos Olender ao tratar das ressonâncias da memória nas construções identitárias (Olender, 2017, p. 323).

Este trabalho parte da constatação de que populações migrantes, em diversas partes do mundo, permanecem expostas a formas recorrentes de violência simbólica, estrutural e institucional. Tal percepção tem sido aprofundada a partir de uma investigação em curso no âmbito de uma tese de doutoramento, centrada na experiência da população migrante afrodiáspórica residente em Almada, Portugal. As narrativas recolhidas nesse processo, ainda em fase de conclusão, convergem com os relatos que emergem nos meios de comunicação internacional, compondo um panorama que exige escuta, cuidado e ação. Reconhecer essas realidades é necessário, mas mais ainda é propor práticas que não cristalizem essas pessoas na dor. Assim, a museologia social aqui proposta não busca respostas grandiosas, mas oferece uma ética dos pequenos gestos, como o do beija-flor, que, em conjunto, sustentam pertencimentos em reconstrução.

A memória afetiva compreende-se, neste trabalho, como território de enraizamento mesmo em contextos de deslocamento forçado. Longe de se restringir à evocação individual, manifesta-se como vínculo coletivo: abriga fragmentos de sons, cheiros, gestos e saberes que não se fixam, mas circulam, atravessam fronteiras e reinventam pertencimentos. Como observa Maurice Halbwachs (1990, p. 88), a memória é sempre construída a partir de quadros sociais, e não apenas psicológicos.

A metodologia adotada neste trabalho é a escrevivência, tal como delineada por Conceição Evaristo (2020, p. 31), compreendida como forma de escrita que brota da experiência incorporada, atravessada por memórias, oralidades e percursos do corpo — sobretudo os de mulheres negras. Ao ser assumida como percurso metodológico, a escrevivência funda-se numa escuta sensível e comprometida com a dignidade da experiência, que se transforma em palavra e presença. Não se trata de testemunho periférico, mas de um centro pulsante de outros saberes, cuja autoridade reside na força das marcas que a existência inscreve.

A sociomuseologia, enquanto campo crítico e comprometido com transformações sociais, oferece o solo fértil onde estas questões entrelaçam-se. Permite-se reconhecer continuidades entre o material e o imaterial, entre o objeto exposto e os vínculos afetivos que o sustentam. Afirma-se, assim, uma prática museológica que recusa reduções e prioriza os sentidos produzidos nas relações. Como aponta Judite Primo, trata-se de uma abordagem que “assume o conflito como dado constitutivo e reconhece o museu como espaço de negociação e partilha” (Primo, 2019, pp. 23–24). Nesse contexto, não concebe-se a memória como vestígio estático, mas como processo em curso, tecido nas dinâmicas sociais.

Propõe-se, neste trabalho, uma escuta situada da memória afetiva em contextos de migração, fundada não na abstração, mas na concretude dos afetos. Evoca-se a comida que remete à terra natal. Reconhece-se o canto entoado na infância. Valoriza-se o gesto repetido da avó. Tudo isso constitui um acervo invisível, mas tangível. Um acervo que não expõe-se em vitrines tradicionais, mas funda modos de existência. Como escreve Maria Célia Santos, é no encontro com o outro, no cotidiano, que o museu se reinventa (Santos, 2022, p. 71).

Alinha-se essa abordagem à definição de museu proposta pelo ICOM (2022), que o reconhece como espaço democrático, inclusivo e plural. Também articula-se à Recomendação da UNESCO sobre a Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade (2015), particularmente no que se refere à função social dos museus e à valorização da diversidade cultural. Nesse cenário, não limita-se o museu à função de guardião do passado, mas afirma-se como lugar de invenção de futuros possíveis.

A imagem do beija-flor, que segue transportando gotas de água para a floresta em chamuscas mesmo diante da descrença dos outros animais, reaparece aqui como fio condutor da escrita. O gesto é pequeno, mas não irrelevante. Tal como a ave que persiste em seu esforço silencioso, este texto se constrói a partir de fragmentos: afetos, palavras, escutas que tentam preservar, ainda que parcialmente, a floresta simbólica da memória e do pertencimento.

Não se trata de propor respostas definitivas para os incêndios que atingem as populações migrantes, mas de afirmar a necessidade de uma ética do cuidado, enraizada em práticas discretas de presença e partilha. Essa ética se ancora na força do afeto partilhado, que não dissolve o sujeito, mas o inscreve em uma

rede sensível de vínculos e sentidos. É na experiência comum das emoções que se tece um lugar possível entre dor e pertença.

A violência que incide sobre pessoas migrantes, em suas formas estruturais, simbólicas e institucionais, não pode ser romantizada. Tampouco deve encerrar a narrativa. Este texto não pretende mais do que ser um gesto entre outros, uma tentativa de nomeação que reconhece o que arde sem virar o rosto. Como o beija-flor, escolhe continuar, mesmo sabendo que talvez não baste. Há sentido na tentativa. Há dignidade no gesto. Há escuta possível na escrita.

A memória afetiva, aqui compreendida como experiência coletiva e sensível de pertença, emerge como solo simbólico de resistência em contextos de deslocamento e apagamento. Ela ultrapassa a lembrança individual e se constitui como campo político e afetivo em que pessoas e comunidades constroem sentidos de mundo, recriam vínculos e sustentam práticas de cuidado.

É nesse horizonte que o museu se reposiciona. Não mais apenas como instituição de guarda, mas como espaço de escuta, partilha e mobilização social. Uma escuta que, em lugar de hierarquizar saberes, se abre àquilo que Conceição Evaristo nomeia *escrevivência*. Uma escrita enraizada nas marcas do cotidiano e nas memórias que os corpos carregam. Um modo de dizer que afirma, com suavidade e firmeza, a potência do que foi historicamente silenciado.

Neste artigo, a memória afetiva é proposta como um princípio epistemológico e sensível, ancorado na escuta, na empatia e na comunicação não violenta. Parte-se da ideia de que, em contextos de deslocamento e migração, a memória atua como força de enraizamento simbólico, não apenas em relação a um território geográfico, mas ao reconhecimento mútuo entre pessoas e histórias. Essa abordagem não se pretende neutra; assume-se situada, implicada nas relações e nos afetos que sustentam os modos de existir.

A *escrevivência*, neste contexto, não comparece apenas como um recurso narrativo, mas como um modo de produzir conhecimento enraizado nas experiências de vida, especialmente da população afrodiáspórica em situação de migração. Ela permite que se reconheçam formas de saber que nascem da memória sensível e dos afetos partilhados, abrindo espaço para epistemologias que emergem do cotidiano e das margens. Tal como a gota carregada pelo beija-flor, cada fragmento de lembrança, cada gesto de escuta, constrói, em silêncio, um outro modo de ver e de dizer o mundo.

Em diálogo, a sociomuseologia, conforme desenvolvida por Judite Primo e Mário Moutinho (2021), é convocada enquanto prática de alfabetização crítica, que tensiona as narrativas hegemônicas e propõe ao museu um papel transformador. Como apontam os autores:

Voltamos assim e sempre ao questionamento do lugar que os museus podem ocupar na construção de uma consciência crítica do mundo contemporâneo, de uma consciência que esclareça, que dê o nexa ao que parece ser distinto.” (Primo & Moutinho, 2021, p. 23).

A partir desse questionamento, é possível compreender a museologia social como um campo que ultrapassa a função técnica da conservação patrimonial e se compromete com a formação de vínculos e consciências. Nesse sentido, realiza-se uma pedagogia do detalhe, um trabalho paciente e sensível de reconstrução de sentidos coletivos, especialmente em contextos marcados pelo deslocamento e pela exclusão.

Como observam Judite Primo e Mário Moutinho (2021), ao retomarem as palavras de Paulo Freire, “Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo” (p. 22). Assim, o museu transforma-se num espaço onde a memória afetiva e os deslocamentos migratórios não apenas se representam, mas ganham corpo, gesto e palavra. Performam-se, reinventam-se e reconfiguram os modos de pertencer.

Reconhecer a migração como um fenômeno estruturante da contemporaneidade exige das instituições museológicas um posicionamento ético e político. Conforme estabelecem o Código de Ética do ICOM e a Recomendação da UNESCO (2015), os museus são chamados a exercer a sua função social como agentes de integração cultural e inclusão, sobretudo em contextos atravessados por exclusões e vulnerabilidades. Quando essa função articula-se com práticas de memória afetiva, a museologia deixa de ser apenas um campo técnico e torna-se um espaço de escuta, partilha e reconfiguração de pertenças.

Neste contexto, a imagem do beija-flor reaparece como metáfora da ética do cuidado que sustenta a museologia social. Essa ética reconhece o outro não como objeto de representação, mas como presença ativa

na construção dos sentidos do museu. Cada testemunho migrante acolhido, cada lembrança partilhada, cada gesto escutado, configura uma gota lançada contra o fogo do esquecimento. E quando esses gestos somam-se, sustentam a existência de uma floresta simbólica viva, resistente e fértil, onde os vínculos comunitários renovam-se.

Nesse mesmo percurso, vale lembrar a proposta de “transver os museus”, expressão cunhada por Mário Chagas em diálogo com Manoel de Barros. Clóvis Britto (2021, p.69), ao retomar esse pensamento, interpreta-o como desejo de transgressão epistemológica. Trata-se de deslocar o olhar dominante, abrir frestas nos discursos hegemônicos e permitir que outras sensibilidades e linguagens possam habitar os museus.

Essa proposta de deslocamento epistemológico, inspirada em Manoel de Barros e acolhida por Clóvis Britto, prolonga-se como fio condutor da reflexão. Para Britto, essa inspiração ganha corpo como uma linguagem política. Não se trata apenas de uma estética alternativa, mas de uma forma de delinear linhas de fuga dentro da estrutura museológica, convocando uma ética do ínfimo, do fragmentário e do invisível. Alterar a função original dos objetos, distorcer a verossimilhança e permitir o acesso à grandeza do pequeno são gestos que tensionam os paradigmas clássicos da museologia. Trata-se da instauração de deslimites, um prefixo necessário para desmontar hierarquias de saber e de representação que, por vezes, ainda se sustentam sob o véu da neutralidade. Vale lembrar que essa leitura se fundamenta na interpretação que Clóvis Britto realiza a partir das proposições de Mário Chagas.

Nesse percurso, o pequeno gesto ressurgue como potência transformadora. A metáfora do beija-flor, que persiste em lançar gotas de água sobre o fogo para proteger a floresta, inspira não apenas a estética deste texto, mas também a sua ética. Assim como na parábola, esta escrita nasce de um gesto mínimo, quase imperceptível, mas profundamente comprometido com a reconstrução de vínculos diante das chamas do esquecimento. Não se pretende apagar o incêndio com heroísmo. Insiste-se na lembrança como presença afetiva, gesto partilhado e possibilidade política.

Pensar a memória afetiva, nesse contexto, é reconhecer que ela não se restringe a um repositório de dados do passado. Ela constitui um campo de sensações, uma poética da lembrança que carrega corpos, cheiros, vozes e afetos. Parte-se aqui do entendimento de que a memória é afeto em circulação, um território simbólico onde experiências de pertença ancoram-se. Sobre esse terreno, o texto se debruça com a delicadeza de quem oferta água à terra em brasa, em gotas, mas com esperança.

É nesse mesmo terreno que a museologia social se insere como prática de escuta, resistência e tradução. Conforme defendem Judite Primo e Mário Moutinho (2021), a museologia crítica precisa “favorecer a construção e a partilha de um pensamento crítico, capaz de contrariar a ideologia dominante” (p. 22). O museu, nessa perspectiva, deixa de operar como espaço neutro para tornar-se uma instância de alfabetização simbólica e política, onde vozes silenciadas reencontram eco e subjetividades em trânsito encontram mediação, cuidado e possibilidade de reinscrição no mundo.

Esse exercício de transvisão também perpassa o debate sobre ética museológica. A atual revisão do Código de Ética do ICOM propõe repensar o papel do museu em contextos de urgência, como as migrações forçadas, as alterações climáticas e a ascensão dos discursos de ódio. Nessa direção, o tema da conferência de Dubai em 2025, “O futuro dos museus em comunidades em constante mudança”, desafia os museus a transformarem-se em espaços de acolhimento, reparação e reinvenção coletiva.

A memória afetiva apresenta-se, portanto, como recurso ético mais do que estético. Ela opõe-se à lógica do arquivo frio e abraça a força da narrativa partilhada. Ao defender esse ponto, o texto propõe uma leitura inovadora, sem pretensão de originalidade total, da memória como afeto em disputa e, por isso mesmo, como força transformadora.

Mário Moutinho (2021), ao refletir sobre a função social dos museus, afirma que “os museus são espaços públicos vitais, dedicados a toda a sociedade” (p. 23). Reforça-se, assim, a ideia de que o museu não pode limitar-se à guarda de objetos, mas precisa comprometer-se com o cuidado de memórias, especialmente aquelas vulnerabilizadas. É essa postura ética, à semelhança do beija-flor, que este artigo defende.

A metáfora do beija-flor retorna, agora, como símbolo de uma escrita que não busca salvar o mundo com grandes gestos, mas contribuir com gotas de escuta, presença e partilha. A proposta aqui sustentada não pretende resolver os dilemas da migração, da exclusão ou da desigualdade. Pretende, antes, lembrar que há ninho onde há afeto, e há resistência onde há memória partilhada. Cada linha escrita é, portanto, uma gota

sobre as chamas. Tal como o beija-flor, a escrita insiste: não apaga sozinha o incêndio, mas carrega a esperança de que cada gota conta.

Conclusão

Este artigo construiu-se como uma prática ética da escuta, inspirada no gesto mínimo do beija-flor que insiste em enfrentar o fogo com pequenas gotas de água. A escrita que aqui se apresenta é uma gota entre outras, lançada sobre os incêndios do esquecimento e da indiferença. Em vez de oferecer soluções heroicas, optou-se por propor uma ética do cuidado, centrada na memória afetiva como lugar de partilha, pertença e reconstrução simbólica.

Ao tomar a escrevivência como metodologia, a experiência vivida é assumida como fonte legítima de conhecimento. Especialmente em contextos de deslocamento, desigualdade e silenciamento, narrar torna-se gesto de resistência e reexistência. A memória afetiva, nesse cenário, não é uma coleção de lembranças, mas um campo de afeto e presença, onde se cultivam vínculos e se reconhecem subjetividades apagadas pelas estruturas institucionais.

É nesse mesmo horizonte que se insere o pensamento de bell hooks. A autora, cuja escolha pela grafia do nome em minúsculas expressa um gesto consciente de recusar o foco na identidade e enfatizar a potência das ideias, nos lembra da urgência de reabilitar o amor como força política. Como escreve: muitos de nós ainda temos esperança de que o amor prevalecerá, mesmo quando tudo à volta parece negar sua existência. A ausência do amor, mais comum do que sua presença, evidencia uma cultura marcada pela indiferença, mas não anula o nosso desejo de transformá-la (hooks, 2021, p. 37). É nessa esperança que esta escrita se ancora, acreditando que o cuidado e a escuta são formas possíveis de reconfigurar o mundo.

As reflexões aqui desenvolvidas dialogam com os princípios orientadores do novo Código de Ética do ICOM, que propõe pensar o museu como espaço vivo, comprometido com comunidades em transformação. Ao reconhecer a memória afetiva como categoria epistemológica e ética, este artigo contribui para o debate museológico contemporâneo ao propor que o cuidado, a escuta e o afeto sejam também responsabilidades institucionais. Uma museologia que deseje manter-se relevante diante das urgências do nosso tempo precisa acolher deslocamentos, reconhecer subjetividades e cultivar vínculos como parte essencial de sua função pública.

Se esta escrita conseguir manter acesa a esperança de que o afeto transforma, e de que os museus podem ser espaços onde a escuta também é ação, então terá feito sua parte. Ainda que em gotas.

Referência Bibliográfica

- Britto, C. C. (2021). *“As palavras continuam com os seus deslimites”*: reflexões sobre Sociomuseologia e linguagem de especialidade. In M. Moutinho & J. Primo (Orgs.), *Teoria e prática da sociomuseologia* (pp. 65–85). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Bosi, E. (1994). *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Chagas, M. (2009). *A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: MinC/Ibram. Disponível em: <https://mariochagas.com/wp-content/uploads/2021/03/58imaginacao.pdf>. Acesso em 04/12/2024.
- Evaristo, Conceição. *Becos da memória*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017c.
- Evaristo, Conceição. (2020). A Escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância L.; NUNES, Isabella R. (orgs.). *Escrevivência: a escrita de nós*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 27-46.
- Halbwachs, M. (1990). *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice.
- hooks, b. (2021). Tudo sobre o amor: novas perspectivas. Editora Elefante.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó.
- Moutinho, M., & Primo, J. (2021). *Sociomuseologia e Decolonialidade: contexto e desafios para uma releitura do Mundo*. In M. Moutinho & J. Primo (Eds.), *Teoria e Prática da Sociomuseologia* (pp. 19-38). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

- Olender, M. (2017). *O afetivo efetivo: Sobre afetos, movimentos sociais e preservação do patrimônio*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, (35), 321–341. Disponível em: https://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf Acesso em 02/11/2024.
- Primo, J. (2019). Os desafios contemporâneos na investigação em sociomuseologia. In: *Cadernos de Sociomuseologia – Nova série 14 – 2019 – vol. 58-* Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), Portugal. Disponível em <https://recil.ensinulusofona.pt/han-dle/10437/11338> . Acesso em 09 de maio de 2022.
- Rebelo, J. (2025). *Imigração em Portugal: contributos para a compreensão da realidade e desafios futuros*. In A. P. Gato, A. F. Cerqueira, E. Canais, J. Rebelo, S. B. Moreira & V. Barbosa (Eds.), *Atas do VI Seminário Internacional Vulnerabilidades Sociais e Saúde: “Percurso Migratórios e Cidadania Global - diversidade e (des)igualdades”* (pp. 32–35). Instituto Politécnico de Setúbal. <https://doi.org/10.60546/NDMZ-6G80>.
- Santos, M. C. (2022). Paulo Freire, docência em museologia e os museus: um caminhar de descobertas, aprendizagem e amorosidade. In: *Sociomuseologia e Educação: releituras de Paulo Freire*, vol. 63 n.19. Disponível em: [Paulo Freire, docência em museologia e os museus: um caminhar de descobertas, aprendizagem e amorosidade | Cadernos de Sociomuseologia \(ulusofona.pt\)](#). Acesso em 06/01/2024.